

CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC

SANTO AMARO

Eliane Sá Ricarte

**PROJETO DE DESIGN INSTRUCIONAL PARA O CURSO *ON-LINE*
AS REGRAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O TERMO DE
REFERÊNCIA**

São Paulo

2015

Eliane Sá Ricarte

**Projeto de Design Instrucional para o curso *on-line*
As Regras Gerais de Contratação Pública e o Termo de Referência**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Centro
Universitário Senac – Campus
Santo Amaro, como exigência
parcial para obtenção do título de
Especialista em Design
Instrucional.

São Paulo

2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Senac Santo André

R488p Ricarte, Eliane Sá
Projeto de Design Instrucional para o Curso on-line As Regras
Gerais de Contratação Pública e o Termo de Referência / Eliane Sá
Ricarte – São Paulo, 2015.
46 f.: il. color.
Mediadora: Cristiane Freire de Sá
Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Design
Instrucional) – Centro Universitário Senac, São Paulo, 2015.
1. Compras públicas. 2. Design instrucional 3. Educação a
distância
I. Sá, Cristiane Freire de (mediad.) II. Título

CDD 371

Eliane Sá Ricarte

**Projeto de Design Instrucional para o curso
on-line As Regras Gerais de Contratação
Pública e o Termo de Referência**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário Senac – Campus Santo Amaro, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Design Instrucional. Projeto desenvolvido nas disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e II ministradas pela professora Ms. Cristiane Freire de Sá.

A banca examinadora dos Trabalhos de Conclusão, em sessão pública realizada em ____/____/____, considerou o(a) candidato(a):

1) Examinador(a)

2) Examinador(a)

3) Presidente

À minha filha, Joana, que considera sua mãe um belo referencial, mas que tem se tornado um referencial ainda melhor para mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha filha, que, com sua dedicação e amor, sempre me incentivou a continuar estudando e me aprimorando. Aos meus queridos Aisha e Tobias, companheiros constantes e amorosos.

Agradeço a meus colegas de curso, sem eles o desânimo teria vencido. Em especial à Enedina Ashiro e ao Cláudio Nascimento, companheiros de jornada fantásticos, mesmo que à distância.

Por fim, quero agradecer à minha orientadora/tutora Cristiane Freire de Sá, todo o seu apoio e empenho foram essenciais para o bom termo deste projeto.

A qualidade e a quantidade de informação que circula no interior de uma organização e do seu interior para o meio é o que determina a riqueza institucional.

Paulo Volker

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso versa sobre a proposta de construção de um curso *on-line* de capacitação para servidores públicos, cujo tema é Contratações Públicas, mais especificamente, elaboração do Termo de Referência – TR, documento imprescindível em um processo licitatório na modalidade Pregão. A Administração Pública usa parte substancial de seus recursos no treinamento de seus servidores com vistas à obtenção de um melhor desempenho nas atividades inerentes aos diversos cargos. Atualmente, no intuito de diminuir os gastos com formação, há um grande incentivo para que a capacitação seja oferecida pelo próprio órgão, preferencialmente à distância, e que os servidores estejam envolvidos em sua criação e execução. Neste sentido, os núcleos de pessoal de vários órgãos da Administração Pública têm investido em escolas de educação corporativa e incentivado a formação de seus quadros para a criação e aplicação de cursos na modalidade a distância. Assim, o objetivo deste trabalho, com foco neste mercado potencial, é contemplar as diversas fases do processo de Design Instrucional, explicitando as teorias que alicerçam as escolhas metodológicas aplicadas ao curso até a fase de desenvolvimento.

Palavras-chave: 1. Educação a distância. 2. Educação Corporativa 3. Design Instrucional. 4. Compras Públicas.

ABSTRACT

In this paper, I propose the development of an on-line course of qualification for public servants about Public Contracting. The course focuses in the elaboration of the Terms of Reference, a document absolutely necessary for the process of receiving bids in the electronic digital mode. The Public Administration uses a substantial part of its resources to train its public servants with the purpose of obtaining better performance in those activities inherent to the different types of jobs/work. Currently, with the objective of diminishing the expenses of qualification, there is a great demand for this qualification to be offered within the same entity, preferentially through e-learning platforms and that the public servants be involved in the creation and execution of the course. In this regard, the human resources units of the Public Administration are investing in schools of corporate education and are encouraging the formation of personnel to implement distance learning courses. The aim of this paper, focused on this potential market, is to contemplate the various stages of the Instructional Design process, explaining the theories that underpin the methodological choices, as applied to the course up to the stage of development.

Keywords: 1. E-learning. 2. Corporate Education 3. Instructional Design. 4. Public Procurement.

LISTA DE TABELAS

1 – Custos	23
2 – Cronograma	25
3 – Visão Geral do Curso	26
4 – Matriz de DI – Unidade 1	29
5 – Matriz de DI – Unidade 2	30
6 – Matriz de DI – Unidade 3	31
7 – Matriz de DI – Unidade 4	32
8 – Matriz de DI – Unidade 5	33
9 – Matriz de DI – Unidade 6	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contexto em que o projeto será realizado	14
1.1.1 Dados gerais sobre o público alvo.....	14
1.1.2 Tema do curso.....	15
1.1.3 Justificativa	17
1.1.3 Objetivos gerais do projeto.....	19
1.1.5 Objetivos específicos do projeto.....	20
1.1.6 Público-alvo	20
1.1.7 Custos	21
1.1.8 Equipe	23
1.2 Cronograma	23
1.3 Visão geral do curso	26
2. DESENVOLVIMENTO: DESIGN DE CURSO.....	27
2.1 Modelo de design instrucional do curso.....	27
2.1.1 Ambiente Virtual de Aprendizagens	29
2.1.2 Mídias a serem utilizadas	30
2.2 Análise de conteúdo	31
2.3 Linguagem	38
2.4 Interface Gráfica	40
2.5 Formas de Interação e Feedback	40
3 DESIGN DO CURSO	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A Educação Corporativa – EC, alicerçada na sociedade do conhecimento, é um projeto da organização que busca educar seus funcionários, clientes e sociedade visando concretizar sua política estratégica e alcançar sua missão. “Hoje, sabemos que as instituições sabem, que as instituições aprendem e que as instituições inovam. A educação corporativa é uma consequência dessa realidade.” (VOLKER, 2014, p. 73)¹.

Ainda segundo Volker se há saber, a disseminação desse saber, as trocas realizadas entre as pessoas, a disseminação dentro da organização é educação corporativa. Os colaboradores dentro da instituição, imersos em sua cultura, contribuem para a realização de seus objetivos estratégicos e sua manutenção em um cenário global e competitivo. Porém, não é só a formação básica e acadêmica que fornecem o conhecimento que a empresa necessita, a própria instituição produz parte substancial deste conhecimento.

Isso significa dizer que a empresa possui e necessita de conhecimentos que são específicos do seu negócio e que, por isso mesmo, ela deve ter a sua própria escola, o seu próprio projeto pedagógico, seus próprios conteúdos. (VOLKER, 2014, p. 503).

As organizações públicas têm sido cobradas em eficiência e qualidade tanto ou mais que a iniciativa privada, afinal, o capital que mantém o serviço público é do cidadão e deve trazer retorno na prestação de serviços de excelência. Há também competição no setor público, principalmente medida na satisfação do seu cliente. Para satisfazer essa necessidade, a cultura do aprimoramento constante deve permear a instituição. Não podemos desprezar o aprendizado organizacional na chamada Era do Conhecimento.

Na propalada Era do Conhecimento, a base geradora da riqueza das

¹ A obra do filósofo Paulo VOLKER – Educação Corporativa 20 textos – foi editada exclusivamente em meio eletrônico, não sendo possível fornecer o número da página da citação e sim a posição no e-book, que neste caso é acessado no dispositivo kindle, na letra padrão de leitura. Assim, nas citações deste e de outros e-books que não são encontrados na versão impressa, a informação após o ano é a posição do texto na obra como descrito.

nações será constituída por sua organização social e pelo seu conhecimento criador, recolocando as dimensões formadoras do ser humano no eixo central desse processo. (EBOLI *et al.*, 2014, p. 16).

Desta forma, as organizações têm procurado formas de gerir o conhecimento e a capacitação, aproveitar os talentos internos e aprimorar suas capacidades, alinhando estes objetivos com seu planejamento estratégico. A evolução contínua dos profissionais, necessária em uma época em que o conhecimento se transforma e se amplia velozmente, implica em uma mudança de paradigma na gestão de pessoas. Não basta apenas a gestão de pessoas por cargo, a preocupação agora é com a gestão de pessoas por competências, como afirma Eboli (EBOLI *et al.*, 2014, p. 17).

Os gastos com capacitação consomem parte substancial dos recursos destinados ao setor público. De forma geral, a capacitação tem sido ministrada por organizações externas ao órgão público. Na maior parte das vezes o servidor é enviado para a capacitação isoladamente ou em pequenos grupos, de forma intempestiva e sem grande planejamento. A criação de trilhas de capacitação e o incentivo para a capacitação interna podem vir a fomentar uma troca privilegiada de conhecimentos dentro da própria organização. É nesse sentido que a EC tem se integrado na gestão de pessoas nas organizações públicas. Neste contexto, a Educação a Distância – EaD, como instrumento de EC, que está sendo implantada em diversos órgãos públicos é um formato adequado à disseminação do conhecimento e ao engajamento dos servidores nos programas de capacitação, pois, para além do aprendizado de novas competências, gera a integração entre os pares promovendo um ambiente mais colaborativo.

O processo de implantação de um modelo de EC baseado na EaD é um grande desafio, exige que se formem equipes de colaboradores, dentre os quais ganha destaque o Designer Instrucional. Nesta linha, este curso de Pós-Graduação em DI visa preencher essa lacuna, capacitando a autora a atuar na elaboração de treinamentos na sua área de atuação no setor público, Materiais e Patrimônio, na qual exerce a função de pregoeira, entre outras atribuições.

Desta forma, o tema deste trabalho de conclusão de curso é a criação de um curso de treinamento corporativo, focado em Compras Públicas. Sua finalidade é apresentar, justificadamente, o projeto do curso, suas etapas de construção e seu desenho final.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo, esta Introdução, visa apresentar o contexto em que o curso será aplicado, o público alvo, os objetivos gerais e específicos, bem como apresentar uma visão geral do curso.

O segundo capítulo, Desenvolvimento: Design de Curso, apresentará o modelo de design instrucional utilizado, uma análise do conteúdo do curso, a linguagem adotada e as formas de interação e feedback utilizado na implementação do curso.

No capítulo seguinte, o terceiro: Design do Curso, será apresentado o design do curso, incluindo roteiros de atividades. Serão discutidos os aspectos ligados à implementação do projeto e sua avaliação. No quarto, e último capítulo: Considerações Finais, serão feitas as considerações finais, na qual se buscará mostrar como o aprendizado como Design Instrucional foi efetivo para a construção do projeto e a obtenção do resultado final, um curso de capacitação pronto para ser implementado.

1.1 Contexto em que o projeto será realizado

Neste tópico será explorado o contexto em que o projeto será realizado mostrando os dados gerais das instituições potenciais, o tema do curso, a razão pela qual este projeto é necessário, os objetivos gerais e específicos do curso, explicitará a quem se destina, bem como os custos de implantação e a equipe envolvida.

1.1.1 Dados gerais sobre o público alvo

A aquisição de bens e a contratação de serviços envolve diversos personagens, alguns especializados nas diversas etapas inerentes ao processo, outros que são envolvidos em algumas etapas, mas não participam de todo o processo e, muitas vezes, pouco conhecem da legislação que o rege. Todos os órgãos públicos

compram, sendo que a maioria está subordinada à Lei Geral das Licitações e Contratos Administrativos, 8.666/93. Em vista disto, qualquer servidor que se veja envolvido em alguma parte deste processo precisa de conhecimentos mínimos dos fatos envolvidos e da legislação pertinente.

Assim, o público potencial deste curso são todos os servidores públicos, envolvidos no processo de compras e contratação, dos diversos órgãos da Administração Pública, especialmente do Poder Judiciário.

De forma geral, não há pré-requisitos teóricos para participação no treinamento, sendo necessário, apenas, conhecimentos básicos de uso da internet. Desta forma, o alcance possível para o curso é imenso. Porém, como será visto no decorrer deste trabalho, o desenho do treinamento foi pensado para pequenas turmas mediadas por um tutor, não sendo possível a autoinstrução. Essa limitação implica na impossibilidade de disponibilização do treinamento para o público externo à organização usuária e na necessidade de capacitação de mediadores para o processo, preferencialmente servidores envolvidos com compras e contratos.

1.1.2 Tema do curso

Na área de aquisições governamentais é essencial que se conheçam as boas práticas que garantem a melhor aquisição ou a melhor contratação. Entre todos os documentos produzidos durante o processo de aquisição, o TR é um dos mais importantes. Esse documento é produzido pelo setor requisitante do material ou do serviço a ser adquirido/contratado, que, muitas vezes, não compreende a sua necessidade ou a sua complexidade. Os servidores encarregados de produzi-lo não conhecem seus elementos ou não foram orientados para sua confecção.

Este documento é decisivo para o sucesso do processo licitatório. Como afirma Santana, Camarão e Chrispim (2014, p. 9) "A formalização do objeto no Termo e sua publicidade prestigiam especialmente *os princípios da transparência, da motivação, do julgamento objetivo, do justo preço e da plena concorrência*", princípios estes norteadores das Licitações Públicas. Ainda, "o Termo de Referência permite que sejam revelados os códigos genéticos da aquisição pretendida em todas as suas

dimensões", (SANTANA; CAMARÃO; CHRISPIM, 2014, p. 9).

Assim, o intuito deste treinamento é proporcionar aos servidores que têm como uma de suas atribuições a construção do TR, um roteiro sólido que o auxilie nessa tarefa. Para isso, serão discutidos os fundamentos das contratações públicas e a importância do TR, seus principais elementos e quais devem ser incluídos para cada tipo de aquisição. Para que a teoria se coadune com a prática, a principal atividade será a construção de um TR para contratação de um serviço ou a aquisição de um bem.

O curso 'As Regras Gerais de Contratação Pública e o Termo de Referência' será construído em seis unidades, como segue:

Unidade 1: Regras Gerais para contratação pública. Nesta primeira unidade serão abordados os princípios gerais das licitações, as diversas modalidades de aquisição e/ou contratação pública, os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação e as fases da licitação.

Unidade 2: O que comprar/contratar e como comprar/contratar. Estudaremos aqui a necessidade de planejamento das licitações e, utilizando estudos de caso em situações reais, o tipo de enquadramento da aquisição e/ou contratação pública.

Unidade 3: O Termo de Referência e o sucesso da aquisição. Nesta unidade serão abordados os problemas gerados por um TR incompleto ou insuficiente, a definição do objeto como principal fator para a boa aquisição e/ou contratação.

Unidade 4: Elementos do Termo de Referência. Os elementos do TR serão apresentados e discutidos, verificaremos quais elementos são essenciais, quais podem ser descartados e em que casos.

Unidade 5: Estudo de caso. Serão apresentados casos reais de licitações e discutidos os fatores que levaram ao sucesso ou ao fracasso da licitação.

Unidade 6: Criando um Termo de Referência. Nesta unidade os alunos,

separados em grupos, criarão um TR para um objeto ou um serviço que será compartilhado com os demais colegas.

O curso proposto será executado na modalidade à distância e não estão previstas atividades presenciais. Deverá ser desenvolvido em seis semanas, com um total de 30 horas, sendo que o participante deverá dedicar uma hora diária para os estudos. Porém, uma semana de ambientação para o servidor conhecer o ambiente virtual e a proposta do curso, fazer sua apresentação à turma e realizar uma atividade diagnóstica, bem como uma semana de avaliação final, deverão ser contempladas, porém, sem inclusão na carga horária para concessão de certificação.

1.1.3 Justificativa

As contratações públicas são realizadas com base em diversas leis e decretos, como segue:

- Lei Geral de Licitações e Contratos, Lei 8.666/93 – regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Decreto 3.555/00 – aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei 10.520/02 – institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.450/05 – regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto 7.892/13 – regulamento o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, e dá outras providências;
- Instrução normativa 02/08 – MPOG que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução normativa 04/08 – MPOG que dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e,

- Instrução Normativa 05/14 alterada pela IN 07/14 – MPOG que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de mercado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Estas normas devem nortear todo o processo de aquisição e/ou contratação e os servidores envolvidos direta ou indiretamente com o processo devem conhecê-las em maior ou menor escala. É verdadeiramente preocupante o desconhecimento de documentos que são produzidos na fase interna dos processos licitatório e que necessitam da participação de servidores dos setores requisitantes, a saber, o Termo de Referência e o Projeto Básico. Como afirmam SANTANA; CAMARÃO; CHRISPIM (2014, p. 107):

Lamentavelmente, é comum encontrarmos nas contratações públicas projetos básicos e termos de referência que não têm compromisso com as necessidades da Administração Pública. O instrumento é produzido como mais um documento formal que tem de constar no processo licitatório, mas, na verdade, não explicita o que se deseja contratar, as condições técnicas exigidas e os resultados esperados.

O TR é instrumento previsto na Lei 10.520/02, entre outras, como integrante do Edital para as Licitações na modalidade Pregão, inclusive no formato eletrônico, principal instrumento de aquisição e/ou contratação dos órgãos da Administração Pública. Em geral, este documento é formulado por servidores lotados nos setores que necessitam do objeto ou do serviço, porém, estes agentes não necessariamente trabalham diretamente com licitações. Na maioria dos processos, os TR estão incompletos, mal formulados, com exigências não permitidas em lei, entre outros. Muitas vezes não são enviados, sendo a solicitação descrita de forma muito sucinta e incompleta. Esta constatação é fruto de encontros com outros servidores da área de compras, em congressos e fóruns relacionados ao tema, em que esta autora esteve. Verifica-se assim, a necessidade de capacitá-los para a construção do TR de acordo com a normativa exigida, porém, desobrigando-os de conhecê-las na íntegra ou com a profundidade requerida de quem pertence ao setor de compras e contratos.

A Administração Pública tem buscado entre seus próprios servidores, aqueles capazes de disseminar o conhecimento adquirido em sua prática diária de trabalho, visto que as capacitações externas são onerosas, retiram os servidores de seus postos por dias e nem sempre garantem o aprendizado efetivo. Com as recentes experiências com os núcleos de Educação a Distância, verifica-se uma maior efetividade e comprometimento com os treinamentos já implantados, conforme pesquisa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2015), no que concerne ao Poder Judiciário. Por não ser do escopo deste trabalho, não foram buscados dados em outros ramos da Administração Pública.

Assim, este curso visa suprir uma necessidade real, já mapeada por diversas instituições, e contemplar uma maior democratização do aprendizado organizacional.

1.1.3 Objetivos gerais do projeto

O Objetivo Geral do curso pretendido é que os servidores reconheçam as Regras Gerais das Contratações públicas e a importância do TR; e que sejam capazes de elaborar um TR completo e dentro dos parâmetros legais, garantido contratações que atendam as reais necessidades da Administração, minimizando os desperdícios de recursos, o retrabalho e a aquisição deficitária que gera prejuízos e insatisfações.

Ao reconhecer os elementos do TR, os servidores responsáveis por sua produção deverão ser capazes de construí-lo de forma eficaz e eficiente, garantido que o que se deseja adquirir ou contratar atenda realmente à instituição.

Com a capacitação dos servidores e a disseminação dos conhecimentos adquiridos entre seus pares, espera-se que os processos licitatórios se tornem cada vez mais rápidos e eficazes, garantindo que o que é necessário para o bom andamento das atividades fim da instituição seja adquirido.

Não é incomum que um processo licitatório resulte fracassado. Muitas vezes este fracasso está atrelado ao TR deficitário. Assim, o treinamento espera garantir o menor índice de fracassos nas licitações, situação que resulta em retrabalho, onerando o processo.

Algumas vezes, é necessária a compra de um objeto anteriormente adquirido, mas que não se enquadrava na real necessidade ou foi adquirido em desconformidade com a necessidade. Outras vezes, serviços contratados são interrompidos por serem ineficientes ou insatisfatórios. Todos estes descompassos geram custos extras à Administração. Em vários destes eventos, verificou-se que o TR não estava elaborado de forma a atingir o desejado, esta constatação foi relatada por diversos pregoeiros e relatada em congressos e fóruns em que esta autora esteve presente. Assim, procura-se, com este curso, minimizar eventos como os descritos.

1.1.5 Objetivos específicos do projeto

Para atingir os objetivos gerais deste projeto foram definidos objetivos específicos, que são detalhados a seguir.

- Identificar os princípios gerais das licitações.
- Reconhecer as diversas modalidades de aquisição e/ou contratação pública. Identificar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.
- Reconhecer as fases da licitação.
- Reconhecer a necessidade de planejamento das licitações.
- Determinar, em situações reais, o tipo de enquadramento da aquisição e/ou contratação pública.
- Correlacionar o sucesso da aquisição e/ou contratação com a elaboração do Termo de Referência.
- Identificar os elementos do Termo de referência.
- Relacionar os elementos que compõem o Termo de Referência; identificar o conteúdo de cada elemento do Termo de Referência.
- Aplicar, na análise de casos apresentados e seus Termos de Referência, os conhecimentos adquiridos.
- Elaborar, de forma colaborativa, um Termo de Referência para aquisição ou contratação pública.

1.1.6 Público-alvo

Os servidores públicos estão, em geral, divididos em dois grupos: os Técnicos, servidores que ingressam como nível médio, tendo como requisito a conclusão do Ensino Médio; e os Analistas, que precisam ter concluído um curso de graduação. Os servidores que têm ingressado atualmente em todos os cargos são, em geral,

detentores de nível superior de ensino, mesmo os que ingressam em cargos de Técnico, visto estarem os concursos de acesso muito competitivos. Os concursos de ingresso no serviço público exigem conhecimentos básicos e específicos, sendo que, de maneira geral, entre os conhecimentos básicos é comumente cobrado conhecimentos de informática, especialmente os vinculados ao uso da internet e de pacotes de aplicativos para produção de textos e tabelas. Assim, qualquer que seja o nível de formação do servidor, é esperado que ele tenha conhecimentos básicos de informática, área que é cobrada no concurso de acesso, que dominem o uso da internet e que possuam fluência tecnológica.

O perfil atual dos servidores públicos tem sido bastante alterado em função da realização de concurso público de ingresso em diversos órgãos, particularmente no Poder Judiciário, observando-se que servidores jovens, com idade entre 20 e 30 anos, são os mais novos integrantes do quadro. Muitos servidores mais antigos aposentaram-se ou estão em vias de se aposentar, o que transformou profundamente o quadro de competências, habilidades e atitudes dos atuais integrantes, bem como passou a exigir um intenso treinamento nas práticas mais operacionais do trabalho. A fluência tecnológica é um inegável ganho com a nova geração de servidores, tendo, como contrapartida, a falta de prática no trabalho, sendo que, para alguns servidores, este é o primeiro emprego.

Diversos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo possuem Escolas de Capacitação ou Universidades Corporativas. O Conselho Nacional de Justiça promove anualmente o Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário no qual os diversos Tribunais apresentam seus trabalhos e seus resultados. São, também, estimulados os intercâmbios de experiências, as trocas de materiais e cursos. Assim, o público deste treinamento é muito amplo, podendo abranger todos os servidores dos três poderes.

1.1.7 Custos

A definição de custos do processo vai considerar a criação do conteúdo das aulas que serão ministradas nos módulos de 1 a 4, bem como o treinamento de tutoria no órgão adquirente. A implantação de uma plataforma e a formação de uma identidade

própria não será considerada, visto que o mercado prioritário já possui suas plataformas e sua identidade visual, vai se considerar a adaptação do material para o cliente em suas peculiaridades.

Elemento da despesa	Valor Unitário	Discriminação	Subtotal
Conteudista	R\$ 200,00 a hora	Elaboração do texto base das unidades (30 horas) com cessão de direitos	R\$ 6.000,00
Designer Instrucional - DI	R\$ 80,00 a hora	Responsável pela adequação dos materiais, adaptações de conteúdo, gestão do projeto, cadastramento dos recursos e no AVA do cliente, avaliações e correções de rumo (180 horas)	R\$ 14.400,00
Webdesigner	R\$ 60,00 a hora	Responsável pela adaptação do curso ao ambiente do cliente (30 horas)	R\$ 1.800,00
Designer Gráfico	R\$ 40,00	Elaboração das apostilas, logomarca e <i>layout</i> para compor os materiais do curso de acordo com o ambiente virtual do cliente (20 horas)	R\$ 800,00
Material de consumo	R\$ 200,00	Aquisição de folhas de papel e demais materiais de expediente	R\$ 200,00
Custos gerais do projeto	R\$ 1.300,00 + R\$ 300,00 (mês)	Aquisição de software para desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem e despesas como energia elétrica e telefone (120 horas)	R\$ 2.200,00
Tutor (Treinamento de tutoria)	R\$ 100,00 por hora	Apresentar o curso, as atividades, as ações e atitudes necessárias para atender aos alunos da turma (40 horas)	R\$ 4.000,00
Total			R\$ 29.400,00

Tabela 1: Custos. Fonte: Autora

O custo estimado do projeto considera a entrega, ao órgão adquirente, do curso implantado em seu AVA, um tutor treinado de acordo com a filosofia do curso – podendo ser mais de um se for o desejo do cliente, ao custo unitário especificado na tabela – e acompanhamento da primeira turma. Após a implantação e

acompanhamento, será feita avaliação do curso junto ao cliente e sanadas possíveis falhas ou introduzidas solicitações derivadas da experiência e avaliações de satisfação com os alunos. Estas tarefas ficarão a cargo do DI, apoiado em suas necessidades dos técnicos.

1.1.8 Equipe

Para o desenvolvimento do curso é necessária uma equipe composta por conteudista, designer instrucional, webdesigner, designer gráfico, tutor (responsável pelo treinamento do tutor do órgão). Estes profissionais foram contemplados nos custos do projeto como exibido na tabela Custos.

O custo com o conteudista é pago apenas uma vez, visto que haverá cessão de direitos. Mesmo caso para a compra de software. Assim, o custo fixo de implantação do curso no órgão adquirente é de R\$ 22.100,00. Considerando uma margem de lucro de 10%, o curso poderá custar em torno de R\$ 25.000,00 com a previsão de treinamento de um só servidor.

1.2 Cronograma

O cronograma que será apresentado na tabela a seguir considera a aplicação para uma turma piloto, formada por convidados, de forma a verificar a validade das técnicas propostas, fazer correções de rumo, bem como sanar qualquer questão técnica antes do oferecimento aos clientes. O processo está distribuído pelas fases de execução, implantação e avaliação, considerando semanas de cinco dias úteis, num total de 24 semanas.

Fase do projeto / Semana	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16*	17	18	19	20	21	22	23	24
Acompanhamento do curso															X	X	X	X	X	X	X	X		
Avaliação do curso (com os alunos convidados)																						X		
Reunião da equipe e revisão do projeto																							X	X

Tabela 2: Cronograma. Fonte: Autora

*A primeira semana do curso corresponde à semana de ambientação e a última à semana de avaliação.

X – fase de desenvolvimento

X – fase de implantação

X – fase de reavaliação

1.3 Visão geral do curso

Título do curso: As Regras Gerais de Contratação Pública e o Termo de Referência			
Temas/ Unidades	Objetivos	CH*	Bibliografia**
Regras Gerais para contratação pública	Identificar os princípios gerais das licitações. Reconhecer as diversas modalidades de aquisição e/ou contratação pública. Identificar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação. Reconhecer as fases da licitação.	5h	✓ Lei Geral das Licitações - 8.666/93; ✓ Licitações & Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU – 4ª Edição.
O que comprar/contratar e como comprar/contratar	Reconhecer a necessidade de planejamento das licitações. Determinar, em situações reais, o tipo de enquadramento da aquisição e/ou contratação pública.	5h	✓ Licitações & Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU – 4ª Edição; ✓ Manual de Aquisições da Câmara dos Deputados - Abril de 2007.
O Termo de Referência e o sucesso da aquisição	Correlacionar o sucesso da aquisição e/ou contratação com a elaboração do Termo de Referência. Identificar os elementos do Termo de referência.	5h	✓ Termo de Referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos - 4ª Edição.
Elementos do Termo de Referência	Relacionar os elementos que compõem o Termo de Referência; identificar o conteúdo de cada elemento do Termo de Referência.	5h	✓ Termo de Referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos - 4ª Edição.
Estudos de caso	Aplicar, na análise de casos apresentados e seus Termos de Referência, os conhecimentos adquiridos.	5h	✓ Termo de Referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos - 4ª Edição.
Criando um Termo de Referência – TR	Elaborar, de forma colaborativa, um Termo de Referência para aquisição ou contratação pública.	5h	✓ Termo de Referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos - 4ª Edição.

Tabela 3: Visão Geral do Curso

Fonte: Autora

*Carga horária do curso de 30 horas: será disponibilizada uma semana de ambientação, o que leva o curso a uma carga horária total de 35 horas, porém a certificação será de um curso de 30 horas.

**Outros textos poderão ser indicados, bem como vídeos e links.

2. DESENVOLVIMENTO: DESIGN DE CURSO

Este capítulo será dedicado a apresentar o modelo do curso, a análise de conteúdo, a linguagem adotada, o modelo de interface gráfica, bem como as formas de interação e *feedback* que serão adotadas na implantação do curso.

2.1 Modelo de design instrucional do curso

O modelo de design instrucional escolhido para o curso é o DI misto, parte do conteúdo será fechado, com o conteúdo entregue pronto, módulos de 1 a 4, e parte será aberto e colaborativo, pois exigirá que o aluno participe ativamente na criação do conteúdo. Segundo Filatro, o DI aberto têm

a ênfase na interação entre educadores e alunos individuais ou reunidos em grupos, e a interação social é, na verdade, essencial para o alcance dos objetivos educacionais. Em geral, os materiais são disponibilizados paulatinamente, como resultado da avaliação continuada durante a execução, e as fases de design e desenvolvimento são mais rápidas e menos detalhadas. No modelo de aprendizado colaborativo, a produção dos alunos é considerada conteúdo do curso tanto quanto recursos de terceiros. (FILATRO, 2008, p. 26).

Desta forma, o curso será composto de aulas disponibilizadas de forma sequencial, acompanhadas de fóruns de discussão e exercícios avaliativos. A principal atividade do curso será a construção, em grupo, de um TR. Esta proposta ancora-se na percepção de que todos têm vivências que podem ser aproveitadas na elaboração conjunta de um documento que é produzido no contexto diário do trabalho, experiências que podem apresentar deficiências, mas que, no somatório dos integrantes de um grupo, serão lapidadas para a melhor prática de trabalho, enriquecendo cada um e o grupo.

A abordagem que será dada ao curso, que pretende ser dinâmico e interativo, baseia-se ainda no conceito de "*estar junto virtual*" como é sugerido por Valente, Moran e Arantes (2011, p. 29) quando afirmam que o professor tem a função de criar circunstâncias que auxiliem o aluno na construção do seu conhecimento e que a interação pode acontecer entre os aprendizes, um auxiliando o outro com o

conhecimento que possui. Para concretizar esta intenção e proporcionar a colaboração entre os participantes pretende-se que seja usados mecanismos de trabalho colaborativo, como o google docs.

Como explicitado, o curso ora desenvolvido pretende aproveitar-se das três situações que, segundo Silva, combinadas, tornam a aprendizagem mais relevante.

A aprendizagem se torna mais relevante quando combina três situações: 1) o caminho individual, em que cada aluno aprende sozinho o básico; 2) a aprendizagem colaborativa, entre pares, que amplia a abrangência do que cada um consegue sozinho; e 3) a aprendizagem com alguém mais experiente, um professor ou um tutor, que permite aprofundar as aprendizagens individual e em grupo. (SILVA, 2015, p. 15).

Com estes três itens em mente, a abordagem pedagógica que prevalecerá nos quatro primeiros módulos será a cognitivista, visto que os módulos serão apresentados como textos informativos e vídeos a respeito dos fundamentos legais das licitações públicas, que precisam ser conhecidos pelos servidores para que compreendam as nuances do termo de referência. Nessa fase serão propostos fóruns de discussão sobre o impacto do que as formulações legais têm no cotidiano da prática profissional, com estímulo ao compartilhamento de situações vivenciadas no ambiente de trabalho. Espera-se que o participante reconheça os pressupostos das licitações, memorize alguns itens referentes ao enquadramento das aquisições ou contratações e escolha, em situações propostas, a melhor forma de agir. Como explica Silva (2015, p. 26), “os cognitivistas analisavam aspectos relacionados a modelos de reconhecimento, atenção, memória, organização do conhecimento, linguagem e raciocínio”, questões que serão verificadas pela avaliação da participação nos fóruns e na solicitação para criação de um Mapa Conceitual.

A base pedagógica para os módulos seguintes é a construtivista, cujo princípio norteador é que o estudante se desenvolve no convívio com o outro, nas interações entre indivíduos, no trabalho coletivo. Segundo Daniels (1996),

“o construtivismo teve como seu principal mentor Lev Vygotsky, segundo o qual um aluno desenvolve conhecimento e compreensão da sua realidade

por meio da interação com outras pessoas. A ideia central repousa na crença de que o conhecimento é sempre mediado e viabilizado pelas interações entre os indivíduos por meio da linguagem, caracterizando assim o fenômeno a que o autor chamou de zona do desenvolvimento proximal. (*apud* Silva, 2015, p. 28).

O construtivo, ou sócio-interacionismo, de Vygotsky privilegia, para além das interações entre os indivíduos, a comunicação. Desta forma, o curso buscará que os participantes possam estar em constante comunicação, seja através dos fóruns, seja por meio de web conferências e chats. Segundo Simão Neto e Hesketh:

Educadores conscientes de que aprender é mais que memorizar conteúdos têm focado seus esforços na construção de práticas baseadas na relação dialógica entre os sujeitos, num processo de autoria e coautoria de sentidos. Assim, precisamos escolher metodologias que favoreçam a comunicação em múltiplas vias, aberta e participativa. Estes pressupostos sugerem que a Educação a Distância seja construída e norteada pelos princípios da *dialogicidade*. (SIMÃO NETO; HESKETH, 2009, p. 46).

2.1.1 Ambiente Virtual de Aprendizagens

O curso será construído considerando que o Ambiente Virtual de Aprendizagem que será usado pela instituição é o Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment). Esta decisão baseia-se no fato de que a capacitação está dirigida para as organizações públicas, que privilegiam o uso de softwares livres. Segundo Muller (2012, 56):

O uso de software livre faz parte das decisões estratégicas das organizações – em especial na administração pública – que veem nessa política de uso não apenas uma inovação do ponto de vista econômico (as organizações deixam de pagar as licenças cada vez mais caras do software proprietário), mas condições para o desenvolvimento econômico e social do país (os desenvolvedores e técnicos locais encontram emprego na construção de soluções próprias). A principal característica do software livre é a liberdade de uso, de cópia, de modificações e de redistribuição.

Para além do motivo exposto, o AVA Moodle

é um ambiente virtual de aprendizagem que, segundo seu criador, Martin Dougiamas, trabalha com uma perspectiva dinâmica de aprendizagem, na qual a pedagogia socioconstrutivista e as ações colaborativas ocupam lugar de destaque. (SILVA, 2015, p. 101).

Assim, o AVA escolhido atende aos pressupostos pedagógicos que norteiam o curso. Será possível, no próprio ambiente, criar fóruns, chats e salas de bate-papo, disponibilizar aulas e vídeo, criar atividades avaliativas, proporcionar *feedback* aos participantes, entre outras atividades. Algumas atividades fora do ambiente também serão propostas, como a criação coletiva de um documento intitulado Termo de Referência, utilizando o google docs.

2.1.2 Mídias a serem utilizadas

O curso utilizará as seguintes mídias:

- ✓ Aulas expositivas construídas com o auxílio do software lectora;
- ✓ Aulas expositivas transformadas para o formato PDF;
- ✓ Vídeos sobre o tema, disponíveis no site you tube e de livre acesso;
- ✓ CmapTools;
- ✓ Ferramenta Hangout para web conferência;
- ✓ Chats e fóruns dentro do AVA;
- ✓ Google docs.

Como foi dito anteriormente, os quatro primeiros módulos do curso discutirão a legislação pertinente ao tema das compras públicas. Para tal, serão criadas quatro aulas de conteúdo, apresentadas como uma sequência de quadros animados e ilustrados, com o intuito de tornar o conteúdo mais amigável.

Para todos os módulos serão propostos fóruns de discussão para que os participantes possam trocar experiências e o tutor-mediador possa esclarecer questões que se apresentem após a participação nas aulas.

A primeira atividade a ser proposta será a criação de um mapa conceitual usando a ferramenta CmapTools, com o propósito de que o participante possa organizar os

conhecimentos disponibilizados no primeiro módulo.

Serão propostas web conferências com o uso da ferramenta hangout para os grupos de trabalho de forma a esclarecer dúvidas e auxiliar na construção do TR. Haverá, ainda, um horário disponível para chat semanal para discutir os temas da semana.

A principal atividade do curso, criação do TR, será realizada com o auxílio do google docs. Na proposição da atividade serão criados grupos e será explicitado como se usa a ferramenta.

2.2 Análise de conteúdo

O conteúdo do curso será disponibilizado paulatinamente, à medida que o curso for desenvolvido, sendo um módulo para cada semana. Os quatro primeiros módulos serão desenvolvidos de maneira mais tradicional com conteúdo teórico e exercícios ao final. Porém, a cada um destes primeiros módulos corresponderá um fórum de discussão, em que os alunos deverão responder a questões motivadoras, apresentando suas experiências de trabalho. Serão propostos textos complementares ao material, de especialista no tema de Compras Públicas, e vídeos sobre o conteúdo de Licitações.

O quadro a seguir apresenta como os módulos serão desenvolvidos, as atividades que serão propostas e os papéis de alunos e instrutores (tutor). Foram, também, apresentados as ferramentas que serão utilizadas e as avaliações propostas a cada módulo. O número previsto de horas para cada módulo considera uma dedicação diária de uma hora, sendo que ao final da semana somam-se cinco horas, num total de 30 horas para a conclusão dos seis módulos.

	Unidades	Objetivos	Papéis	Atividades	Duração e período	Ferramentas	Conteúdos	Avaliação
1	Regras Gerais para contratação pública	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar os princípios gerais das licitações. ✓ Reconhecer as diversas modalidades de aquisição e/ou contratação pública. ✓ Identificar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação. ✓ Reconhecer as fases da licitação. 	<p>Instrutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a participação do grupo, ressaltando a importância dos conceitos apresentados; ✓ Estimular a pesquisa e aprofundamento dos conceitos. ✓ Fazer a mediação das discussões no fórum; ✓ Responder as dúvidas; ✓ Trabalhar a resistência dos alunos em relação ao novo; <p>Aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistir as aulas expositivas; ✓ Ver os vídeos; ✓ Participar das discussões; ✓ Pesquisar os conteúdos indicados. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aula expositiva. ✓ Vídeos. ✓ Fórum de dúvidas e discussão. ✓ Pesquisa e aprofundamento de conceitos. 	5h	<p>Ambiente Virtual de Aprendizagem: fórum.</p> <p>Internet: pesquisa da legislação e vídeos no youtube.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Princípios gerais das licitações: legislações, âmbito, princípios. ✓ Modalidades de Licitações: Concorrência, Tomada de Preços, convite, concurso e Leilão. ✓ Dispensa, art. 24 e inexigibilidade, art. 25 da Lei Geral. ✓ Fase interna e fase externa, o que são e seus elementos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Questões Objetivas ✓ Mapa Conceitual

	Unidades	Objetivos	Papéis	Atividades	Duração e período	Ferramentas	Conteúdos	Avaliação
2	O que comprar/contratar e como comprar/contratar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecer a necessidade de planejamento das licitações. ✓ Determinar, em situações reais, o tipo de enquadramento da aquisição e/ou contratação pública. 	<p>Instrutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a participação do grupo, solicitando que apresente suas vivências; ✓ Propor situações reais para discussão no fórum; ✓ Fazer a mediação das discussões no fórum; ✓ Responder as dúvidas; <p>Aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistir as aulas expositivas; ✓ Ver os vídeos; ✓ Participar das discussões; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aula expositiva. ✓ Vídeos. ✓ Fórum de e dúvidas discussão. 	5h	<p>Ambiente Virtual de Aprendizagem: fórum avaliativo.</p> <p>Internet: vídeos no youtube.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Especificação do objeto; ✓ Especificação do serviço; ✓ A justificativa da aquisição ou da contratação; ✓ Enquadramento da aquisição ou da contratação. ✓ Exemplos de objetos e serviços a serem adquiridos ou contratados na prática. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Questões objetivas; ✓ Fórum com estudos de casos, obrigatório.

	Unidades	Objetivos	Papéis	Atividades	Duração e período	Ferramentas	Conteúdos	Avaliação
3	O Termo de Referência e o sucesso da aquisição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Correlacionar o sucesso da aquisição e/ou contratação com a elaboração do Termo de Referência. ✓ Identificar os elementos do Termo de referência. 	<p>Instrutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a participação do grupo, solicitando que apresente suas vivências; ✓ Propor situações reais para discussão no fórum; ✓ Fazer a mediação das discussões no fórum; ✓ Responder as dúvidas; <p>Aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistir as aulas expositivas; ✓ Ver os vídeos; ✓ Participar das discussões; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aula expositiva. ✓ Vídeos. ✓ Fórum de e dúvidas discussão. 	5h	<p>Ambiente Virtual de Aprendizagem: fórum e hangout.</p> <p>Internet: vídeos no youtube.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A importância do termo de referência nas licitações públicas; ✓ Exemplos de aquisições equivocadas devidas à má especificação; ✓ Visão geral dos elementos do termo de referência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Questões objetivas; ✓ Fórum com estudos de casos, obrigatório.

	Unidades	Objetivos	Papéis	Atividades	Duração e período	Ferramentas	Conteúdos	Avaliação
4	Elementos do Termo de Referência	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relacionar os elementos que compõem o Termo de Referência; ✓ Identificar o conteúdo de cada elemento do Termo de Referência. 	<p>Instrutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a participação do grupo, solicitando que apresente suas vivências; ✓ Propor situações reais para discussão no fórum; ✓ Fazer a mediação das discussões no fórum; ✓ Responder as dúvidas; <p>Aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistir as aulas expositivas; ✓ Ver os vídeos; ✓ Participar das discussões; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aula expositiva. ✓ Vídeos. ✓ Fórum de e dúvidas discussão. 	5h	<p>Ambiente Virtual de Aprendizagem: fórum e hangout.</p> <p>Internet: vídeos no youtube.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os elementos do termo de referência: objeto; justificativa; especificação técnica; prazo, local e condições de entrega ou execução; prazo e condições de garantia; (...) valores referenciais de mercado; resultados esperados; sanções; condições gerais. ✓ Conteúdo, itens obrigatórios e facultativos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Questões objetivas; ✓ Fórum com estudos de casos, obrigatório.

	Unidades	Objetivos	Papéis	Atividades	Duração e período	Ferramentas	Conteúdos	Avaliação
5	Estudos de caso	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aplicar, na análise de casos apresentados e seus Termos de Referência, os conhecimentos adquiridos. 	<p>Instrutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a participação do grupo, solicitando que apresente suas vivências; ✓ Propor situações reais para discussão no fórum; ✓ Fazer a mediação das discussões no fórum; ✓ Responder as dúvidas; <p>Aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistir as aulas expositivas; ✓ Ver os vídeos; <p>Participar das discussões;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aula expositiva. ✓ Vídeos. ✓ Fórum de dúvidas e discussão. 	5h	<p>Ambiente Virtual de Aprendizagem: fórum e hangout.</p> <p>Internet: vídeos no youtube.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Exemplos de termos de referência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Questões objetivas; ✓ Fórum com estudos de casos, obrigatório.

	Unidades	Objetivos	Papéis	Atividades	Duração e período	Ferramentas	Conteúdos	Avaliação
6	Criando um Termo de Referência – TR	✓ Elaborar, de forma colaborativa, um Termo de Referência para aquisição ou contratação pública.	<p>Instrutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ajudar a turma a se dividir em grupos; ✓ Monitorar os grupos e auxiliá-los; ✓ Fazer a mediação das discussões no fórum; ✓ Responder as dúvidas; <p>Aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Participar do trabalho em grupo; ✓ Participar das discussões; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação conjunta de documento; ✓ Fórum de dúvidas e discussão. 	5h	<p>Ambiente Virtual de Aprendizagem: fórum e hangout.</p> <p>Internet: vídeos no youtube.</p> <p>Google docs.</p>	✓ Todo o conteúdo estudado.	✓ Documento final;

(Tabelas 4 a 9: Matriz de DI. Fonte: autora)

Como dito anteriormente, várias atividades comporão o curso. Nos módulos teóricos alguns testes serão propostos ao longo do desenvolvimento dos temas, com *feedback* imediato, tendo como objetivo que o participante possa verificar seu progresso. Após o primeiro módulo, que trata dos fundamentos das licitações, será proposta a construção de um Mapa Conceitual, que integrará as avaliações certificadoras. Todos os fóruns serão obrigatórios e avaliados. Para os dois últimos módulos será proposto um trabalho de desenvolvimento do TR colaborativo. O recurso proposto é o uso do google docs para criação de um documento em grupos de 3 ou 4 participantes. Para auxiliar no desenvolvimento do trabalho serão realizados *hangouts* com os alunos em horário determinado de forma a que todos possam tirar suas dúvidas sobre a proposta de trabalho. O documento deverá ser disponibilizado no AVA para correção do tutor e apreciação dos demais participantes.

2.3 Linguagem

A linguagem é um dos fatores mais importantes na aprendizagem, visto afetar o relacionamento que o educando tem com o conteúdo, com o tutor e com os demais colegas. A preocupação com a aprendizagem significativa deve considerar a questão da distância no sentido dado por Moore e elucidado por Valente, buscando mecanismos para minimizar seus efeitos.

Com a possibilidade de uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na EaD, Moore (1993) adaptou sua teoria para o que ele denominou de "Teoria da distância transacional", que estabelece uma relação entre a estrutura dos programas educacionais, a interação entre alunos e professores e a natureza e o grau de autonomia do aluno. Segundo essa teoria, quanto maior o diálogo, mais flexível for a estrutura de um curso, mais autonomia tiver o aluno, menor será a distancia transacional. (VALENTE; MORAN, 2011, p. 16).

Com esta intenção, pretende-se utilizar uma linguagem simples, com explicações que aproximem o estudante (servidor) do tutor, que será, preferencialmente, um colega de trabalho, de forma que o formalismo será o menor possível. O tutor é um colega, logo, não pode haver nenhum sentimento hierárquico e o ambiente deve ser similar ao ambiente de trabalho. Nenhum dos participantes desconhece o tema

abordado, visto fazer parte do seu cotidiano de trabalho, todos terão experiências para compartilhar, assim, os fóruns serão ambientes de socialização, interação, interatividade e de aprendizado significativo, com relevância superior ao material escrito. O curso pretende mais que informar, visa à aquisição de novas competências essenciais para o desempenho do servidor. Sousa, Moita e Carvalho (2011) reforçam estes paradigmas lembrando que atividades pedagógicas são significativas quando permitem e incentivam interação e interatividade.

As **atividades pedagógicas** enquanto suporte de aprendizagens significativas e do desenvolvimento de novas competências envolvem necessariamente a interação e a interatividade que constituem características essenciais do processo de aprendizagem como um todo. A interação consiste em diálogo, troca entre interlocutores e pode ocorrer oralmente, ou por meio de texto escrito. Por outro lado, a interatividade envolve a possibilidade de agir, intervir sobre programas e conteúdo, agir conscientemente, tomar partido, entre outras ações. (SOUSA; MOITA; CARVALHO, 2011, p. 196).

Não será criado um personagem, mas estabelecida uma conexão entre colegas de trabalho, mostrando que a intenção do treinamento é o compartilhamento de experiências entre pessoas que desenvolvem atividades similares e que possuem conhecimentos sobre o tema que precisa ser melhor desenvolvido e aperfeiçoado. O tutor, equivalente ao professor tradicional, tem a função de mediar estas trocas e dar significado às experiências compartilhadas.

Em uma situação de ensino, o professor atua de maneira intencional para mudar significados da experiência do aluno, utilizando materiais educativos do currículo. Se o aluno manifesta uma disposição para aprender, ele/ela também atua intencionalmente para captar o significado dos materiais educativos. O objetivo é compartilhar significados. (MOREIRA, 2003, P.7)

Para o texto escrito, pretende-se uma linguagem dialógica, que permita ao aluno sentir-se como se estivesse frente a frente com o autor. O texto será acompanhado de imagens significativas, as ilustrações deverão estimular o pensamento, instigar a resolução de problemas e compor o texto, complementando-o. Ns fóruns serão

propostos temas para debates e o tutor mediará as discussões que se assemelharão há uma reunião de trabalho.

Os vídeos que complementarão os conteúdos encontram-se disponível publicamente no canal you tube, de modo que a linguagem é professoral, sendo que alguns vídeos escolhidos são apresentações em fóruns de debates.

Assim, a linguagem do curso é dialógica, buscando um desenvolvimento comum de atividades que alguns conhecem mais que outros, mas que todos partilham e podem contribuir para a consolidação dos procedimentos e exigências legais, sempre em colaboração e construção de conhecimentos significativos e novas competências.

2.4 Interface Gráfica

O ambiente virtual para o qual está sendo desenvolvido o design do curso é o Moodle, visto que é o ambiente predominante nas Escolas Corporativas da Administração Pública, prioritariamente nos órgãos da justiça. Como pode ser constatado no site do Conselho Nacional de Justiça - CNJ², todos os 36 AVAs apresentados operam com o Moodle. A identidade visual de cada AVA foi criado pelos responsáveis de cada escola, assim, não se apresentará neste tópico um modelo de curso, que será desenvolvido de acordo com as especificidades do órgão contratante.

2.5 Formas de Interação e Feedback

Todo o curso será conduzido com o intuito de que os alunos interajam constantemente. Assim, a cada módulo será aberto um fórum de discussão para que os alunos possam participar da criação do conhecimento e contribuir, com suas vivências, para o enriquecimento dos temas tratados. O tutor deverá participar do fórum, acessando pelo menos uma vez ao dia e contribuindo e mediando a discussão. Como foi mostrado quando da apresentação da linguagem, o diálogo é a base da construção do curso, o trabalho em equipe, mediado pelo tutor, será a principal atividade e terá como resultado um documento produzido conjuntamente.

² <http://www.cnj.jus.br/formacao-e-capacitacao/ava-tribunais>

Este documento, o TR, será avaliado pelo tutor e disponibilizado para todos os participantes que disporão de um fórum específico para debater esta atividade.

As avaliações online terão feedback imediato e as notas serão apresentadas ao aluno na tela. A avaliação final, que será um trabalho em grupo e terá maior peso, será avaliada pelo tutor e a nota inserida no sistema, com feedback para o grupo de alunos.

Os grupos são monitorados pelo tutor e o acompanhamento é feito diretamente no google docs, que deverá ser acessado pelo tutor. Com isso, é possível monitorar o desempenho dos integrantes do grupo e auxiliá-los durante a construção do trabalho.

3 DESIGN DO CURSO

Cursos criados para a Educação a Distância apresentam peculiaridades que os diferenciam de cursos presenciais ou outras modalidades pelo seu aspecto midiático. O principal foco do aprendizado eletrônico é o aprendiz. Nas palavras de Filatro:

No aprendizado eletrônico, os objetivos estão claramente atrelados ao desenvolvimento de habilidades e à aquisição/construção de conhecimentos por pessoas; o foco vai além do produto e está principalmente fora dele. Em outras palavras, o grande objetivo do aprendizado eletrônico é educar, é provocar mudanças no comportamento de quem aprende, e isso implica estratégias diferenciadas da indústria de mídia em geral. (FILATRO, 2008, p. 58).

Na especificação dos produtos que serão utilizados no curso, aulas, vídeos, atividades, são usados roteiros escritos ou *storyboard*. Como explica Filatro:

Especificar é descrever de modo rigoroso e minucioso cada uma das características de um material, obra ou serviço. Na criação de produtos multimídia comerciais, um roteiro escrito (*script*) ou um *storyboard* (SB) são os meios tradicionais de especificar o conteúdo exato a ser produzido. (FILATRO, 2008, p. 57).

Neste trabalho, optou-se por roteirizar a atividade colaborativa de construção do TR, visto ser o foco principal do curso e uma atividade rica em conteúdo e instrumento de socialização, contemplando a proposta pedagógica de aplicar ao curso o sócioconstrutivismo, bem como por ser uma atividade que permeia todo o curso, devendo ser iniciada na primeira semana, ambientação, e ser concluída na última semana, avaliação.

ROTEIRO DE ATIVIDADE	
Curso: As Regras Gerais de Contratação Pública e o Termo de Referência	Unidade 6: Criando um Termo de Referência - TR
Objetivo: Elaborar, de forma colaborativa, um Termo de Referência para aquisição ou contratação pública.	
Descrição: Nas unidades de 1 a 4 foram estudados os princípios básicos das compras e contratações públicas e os elementos do TR e sua importância para o sucesso da aquisição/contratação. Na unidade 5 foram estudados diversos casos de sucessos e insucessos das licitações e a influência do TR neste processo. Agora, vamos aplicar tudo o que aprendemos na construção de um TR. A atividade será realizada em grupos de 3 alunos e utilizando o google docs.	
Formação de grupos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Na apresentação do curso deve ser descrita a atividade da Unidade 6 e sugerido que os alunos procurem buscar potenciais parceiros para a realização da atividade final e criação, caso não tenham, de e-mails do gmail para cadastramento dos grupos. ✓ Ao final da terceira semana, o tutor deve abrir um fórum específico – Formação de Grupos – para que aqueles que já tenham formado seus trios apresentem os grupos, com os e-mails que serão cadastrados. O prazo para a formação espontânea de grupos é de uma semana. ✓ Ao final da quarta semana o tutor forma os grupos com os alunos 	

remanescentes e cadastra os e-mails na plataforma do google docs, enviando para cada aluno o convite de acesso. Se a turma for de 24 alunos, por exemplo, serão formados oito grupos e criados oito ambientes de trabalho no docs em que serão cadastrados os três alunos e o tutor. O tutor disponibiliza para cada grupo o *template* do TR que deverá ser criado pelo grupo.

- ✓ O tutor deve sugerir aos alunos que os grupos formados estabeleçam meios de comunicação alternativos, como a criação de um grupo no WhatsApp.

Realização da atividade:

- ✓ O tutor solicita aos alunos, no fórum Formação de Grupos, que os grupos escolham o objeto do seu TR e divulguem.
- ✓ Na sexta semana, o tutor deverá monitorar os trabalhos dos grupos, acessando o ambiente do docs e sugerir, elogiar, motivar os componentes do grupo.
- ✓ Ao final da semana, cada grupo deve ter disponibilizado seu TR no ambiente do AVA para correção do tutor e apreciação dos demais colegas.

Feedback final:

- ✓ O tutor terá a semana seguinte para correção dos trabalhos e atribuição de notas.
- ✓ O ambiente fica disponível para que todos possam olhar os outros trabalhos realizados.

Quadro 1 – fonte: autora

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste projeto, em todas as suas etapas, configurou-se um grande desafio, o de migrar da educação formal e presencial para a educação corporativa e a distância. A EaD exige muita mais em termos didáticos e pedagógicos do que a sala de aula convencional. Ilude-se quem supõe ser mais fácil criar ou participar de cursos na modalidade a distância, em todos os sentidos o trabalho é grande e instigante. Porém, esta é a nova realidade e é preciso estar preparado para os desafios do futuro. Nas palavras do professor Dr. Tony Bates, estamos imersos em tecnologia.

Na era digital, estamos não apenas rodeados mas, na verdade, imersos na tecnologia. Isso pode ser facilmente constatado ao se observar os indicadores que permeiam as mudanças tecnológicas. Os números evidenciam que não há quaisquer sinais de desaceleração. Isso faz com que uma pressão crescente seja exercida por empregadores, pela comunidade empresarial, por alunos e também por um número significativo de educadores, para que sejam fornecidas aos estudantes condições adequadas para que possam desenvolver as habilidades e competências necessárias e exigidas para sua participação ativa na era digital. (In: SILVA 2015, p. 13).

Esta revolução veio como um *tsunami* e não tem sido fácil para os profissionais da educação responderem na mesma velocidade. A escola formal se adaptará a esta realidade, porém, provavelmente, de forma lenta e mastodôntica, visto ser altamente regulamentada e depender de práticas governamentais. A Educação Corporativa parece responder melhor a essa realidade, tanto na iniciativa privada quanto na pública. No livro Educação Corporativa: muitos olhares, do qual é a organizadora, Marisa Eboli mostra como as Escolas e Universidades Corporativas têm crescido no Brasil. Já no prefácio, ela afirma:

O desafio permanente para as empresas brasileiras e suas lideranças é a busca incessante de padrões que as coloquem em linha de competitividade com seus pares globais. São questões críticas a inovação e a eficiência, indicadores que se fundamentam nas necessidades complexas das empresas em relação ao seu capital humano. (EBOLI *et al*, 2014, 13)

No setor público não é diferente, especialmente no Poder Judiciário, como foi mostrado ao longo deste trabalho. Isto tem muitas implicações e desafios. Diferentemente das escolas formais de qualquer nível, a Administração tende a buscar seus treinamentos no mercado, em geral a preços pouco convidativos. Neste sentido, o CNJ colocou entre suas diretrizes para toda a Justiça, a criação de centros de Educação Corporativa. Muito já se fez, há desde pequenas escolas a Universidades de fato, como mostra o Relatório Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

Uma das maneiras de consolidar uma EC no seio de um órgão é buscar formar seus quadros para concretizar esta tarefa. Nesse sentido é que a autora buscou a formação que aqui conclui. Como funcionária pública de um órgão do Poder Judiciário abre-se um grande leque de possibilidades de atuar como Design Instrucional, tutora, conteudista, etc. Desta forma, este curso e o trabalho agora concluído são os primeiros passos em um mercado amplo e em expansão.

Uma anterior formação em Licenciatura, na área de Matemática, mostrou-se útil no sentido de que alguns conhecimentos nas áreas de didática e pedagogia restaram revisados e não uma completa novidade. Aqui também, pode o mais incauto achar que não há então necessidade de formação específica. Será um engano, pois a maneira de utilização dos conhecimentos encontra-se inovada e enriquecida na EaD frente ao desafio de vencer a distância geográfica.

Por tudo isso, a Pós-Graduação em Design Instrucional que culminou neste trabalho, trouxe um olhar renovado à autora sobre a educação e tecnologia, bem como uma nova competência que propiciará com que colabore no aperfeiçoamento do serviço público, mesmo de maneira localizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (Org.). **Relatório Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário**. Brasília, 2015. 32 p.

BRASIL. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1963. **Lei Geral das Licitações e Contratos Administrativos**.

EBOLI, Marisa *et al.* **Educação Corporativa: muitos olhares**. São Paulo: Atlas, 2014. 241 p.

FILATRO, Andrea. **Design Instrucional na Prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008. 173 p.

MOREIRA, M.A **Linguagem e Aprendizagem Significativa**. In: II Encontro Internacional Linguagem, Cultura e Cognição, Belo Horizonte, MG, Brasil, 16 a 18 de julho de 2003. Disponível em <http://www.if.ufrgs.br/~Moreira/linguagem.pdf>. Acessado em 26/06/2015.

MULLER, Claudia Cristina. **EaD nas organizações**. Curitiba: IESDE, 2012. 164 p.

SANTANA, Jair Eduardo; CAMARÃO, Tatiana; CHRISPIM, Anna Carla Duarte. **Termo de Referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 197 p.

SILVA, Robson Santos da. **Ambientes Virtuais e Multiplataformas Online na EaD: Didática e design tecnológico de cursos digitais**. São Paulo: Novatec, 2015. 184 p.

SIMÃO NETO, Antonio; HESKETH, Camile Gonçalves. **Didática e Design Instrucional**. Curitiba: IESDE, 2009. 312 p.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C. da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: Eduepb, 2011. 273 p.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel; ARANTES, Valéria Amorim. **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011. 136 p.

VOLKER, Paulo. **Educação Corporativa – 20 textos**. Ebook, kindle. 343 kb. Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda.